



Eixo III - Financiamento adequado e suficiente para o SUS

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional
Proposta:

Criar um sistema informatizado e publico para transparência e demonstrativo dos gastos e investimento públicos em saúde nos três níveis governamentais, que seja divulgado de forma objetiva, clara e ampla para a população, pois atualmente esses canais de informação são extremamente complexos.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional
Proposta:

Financiar, com repasse direto do Fundo Estadual de Saúde e readequação do CNES, os Consórcios Intermunicipais em Saúde, responsáveis pela resolutividade da grande maioria das solicitações em média complexidade inserida no SISREG para suprir a demanda de atendimento da média e alta complexidade nos municípios, viabilizando assim o acesso a consultas e exames especializados, otimizando os serviços de saúde na região, melhorando o padrão do gasto, qualificando o financiamento tripartite, e, promovendo um maior ordenamento na utilização dos recursos disponíveis, garantindo assim empoderamento dos Municípios, e, promoção, proteção e recuperação da saúde de suas populações.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional
Proposta:

Efetivar o fim dos subsídios públicos e da renúncia fiscal aos Planos Privados de Saúde aplicando esses recursos na Saúde Pública, e, cobrando ressarcimento de 100% dos valores gastos quando seus conveniados usarem os serviços do SUS.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional
Proposta:

Incremento financeiro da União e Estados para municípios turísticos ou com variação sazonal da população durante a alta temporada, celebrando convênios com universidades públicas para estudantes de cursos da área da saúde prestarem serviços em saúde pública nas UBS.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional
Proposta:

Revisão da Tabela SUS não somente dos valores, mas, considerando a população do IBGE, que está muito aquém da realidade populacional.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional
Proposta:

Melhorar a política de incentivo financeiro ao município, correlacionando-a com as demandas e índices locais, dando maior autonomia da gestão local e Conselho de Saúde na aplicação dos recursos, inclusive na ampliação e reforma de Unidades Básicas de Saúde, para que façam os projetos de acordo com sua realidade e necessidades.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional
Proposta:

Aumento dos repasses para a média e alta complexidade por parte do governo federal e estadual objetivando o findar das filas de espera, mantendo os serviços já existentes e aumentando os planos de distribuição de acordo com as normas e entendimentos técnicos.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional
Proposta:

Exigir que as ações do Ministério da Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde se baseiem em critérios técnicos definidos pelas necessidades reais de cada município, evitando desperdício de recursos públicos e o subfinanciamento do SUS com o mal uso de emendas parlamentares, melhorando a transparência em relação ao gasto de recursos. Por isso, defendemos a revogação da EC 85/15 que dispõe entre outras sobre das emendas parlamentares no que se refere às ações em saúde, que devem ser avaliadas pela equipe gestora para melhor utilização com aprovação pelos conselhos de saúde.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Rever o Pacto Federativo de modo que haja distribuição mais justa e equânime dos impostos arrecadados, aumentando o repasse financeiro no setor saúde para os municípios, pelos entes federal e estadual, por meio do PAB fixo e variável e de acordo com a produção realizada.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Criar lei mais rigorosa para na fiscalização do dinheiro publico destinado para as diferentes áreas de serviços de saúde para que assim, se dificulte os calotes, e os recursos oriundos de políticas públicas sejam empregados corretamente melhorando a qualidade de atendimento.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Que os repasses dos recursos dos fundos sejam realizados de acordo com a produção dos serviços de saúde prestados à população, como por exemplo a revisão e atualização da série histórica da produção dos serviços de alta complexidade ambulatorial e hospitalar.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Revisão da PPI ambulatorial e hospitalar com atualização da série histórica e ampliação de procedimentos de média e alta complexidade com o quantitativo de serviços adequados a demanda, e que o Estado assumira a sua responsabilidade na média complexidade, especialidades em hospital público ou de gestão estadual e/ou clínicas custeadas pelo estado.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Aumentar a PPI por meio da mudança de parâmetro, tetos, cota e termo de compromisso de acesso em relação a quantidade na rede de atendimento especializado como exemplo neurologia, geriatria.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Fortalecer a assistência farmacêutica e atenção básica revendo os valores de custeio aumentando os incentivos financeiros per capita e custeio total de medicamentos de uso contínuo.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Criar lei federal que exija formação e experiência para ocupar cargos de gestão do SUS no setor de saúde pública; técnicos gestores que sejam funcionários públicos de carreira, especialistas e conhecedores da área em gestão da saúde.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Valorização dos profissionais da Saúde através do pagamento do piso salarial de todas as categorias, bem como o plano de cargos e salários, e revisão da carga horária, com co-financiamento das três esferas.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Desburocratizar as transferências de recursos financeiros através de emendas parlamentares e recursos para custeio.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Repassar valor das emendas impositivas constitucionais aos municípios de forma per capita.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Que os recursos recuperados em operações de corrupção, seja investido na área da Saúde Pública. Bem como, criar mecanismos de combate à Sonegação Fiscal com medidas seguras para destinar dinheiro unicamente para Saúde. Por exemplo, devolução de dinheiro desviado ou sonegado, após condenação no Judiciário, de empresário sonegador para o Sistema Único de Saúde.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Garantir financiamento exclusivo e vinculado para implantação e manutenção de equipe de Saúde Mental na atenção primária à saúde, e manutenção das equipes existentes na média complexidade. Bem como, investimento do Estado na Saúde Mental através de financiamento para o fortalecimento dos consórcios, hospitais de referência, hospitais especializados e clínicas especializadas, e, recursos para uma melhor estruturação de centros de atendimentos para psiquiatria e dependência química.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Ampliar a participação da União e dos Estados no co-financiamento das despesas de saúde, em todos os níveis de atenção, a fim de assegurar a participação equânime das três esferas de governo no financiamento das ações e serviços de saúde olhando a necessidade de cada município.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Equipar Hospitais Regionais e credenciar prestadores que atendam de forma integral, ofertando exames e especialidades necessárias de média e alta complexidade, com profissionais qualificados, cumprindo com o repasse mínimo de financiamento.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Criar mecanismos, como a garantia do governo no cumprimento do repasse das medicações das ações judiciais por exemplo, que melhorem a distribuição dos custos judiciais entre os entes federados, pois hoje são em sua totalidade suportados por Estados e Municípios, o que prejudica o financiamento de outras ações.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Ampliar e garantir recursos financeiros para efetivar o planejamento de educação permanente, gratuita, e continuada para os profissionais de saúde e para a população.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Cobrança do repasse dos R\$ 0,30 per capita de incentivo à média e alta complexidade que não é pago pelo Governo Estadual desde 2015.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Reestruturar e organizar o atendimento do SAMU ampliando o repasse financeiro de responsabilidade do Estado e da União para custeio dos serviços móveis de urgência e emergência de média e alta complexidade, favorecendo agilidade no atendimento de resposta, e disponibilizando recursos para que o município possa garantir esse atendimento e melhorar o serviço, baseado na escuta das sugestões, elogios e reclamações.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Consolidar e reconhecer os consórcios como políticas públicas, assegurando que o produto da sua atuação possa refletir em produção, proporcionando economia e ampliando a oferta de serviços e tecnologias à população, por meio de aumento do credenciamento de profissionais e instituições para serviços especializados de média e alta complexidade, garantindo que cada município participante dos consórcios intermunicipais de saúde, deva lançar sua produção no seu Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) e no E-SUS AB para registro da série histórica, bem como adequações no CNES (Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde); sendo seu financiamento tripartite.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Padronização salarial para os médicos da ESF dos municípios do estado e da união, a fim de evitar a rotatividade.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Adquirir mais ambulâncias para o SAMU, garantindo a manutenção de qualidade para as mesmas, bem como atendimento de qualidade.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Garantia do financiamento municipal para manutenção e continuidade do atendimento de pronto atendimento municipal, UPAS.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Definir o ordenamento jurídico pátrio, por meio de inserções de dispositivos na Lei nº 8.080/1990 e no Decreto nº 7.508/2011, a competência dos municípios e Distrito Federal quanto ao financiamento complementar das ações e serviços da Atenção Básica, bem como da União e Estados Federativos, quanto ao financiamento das ações e serviços de Média e Alta complexidade, especialmente de procedimentos especializados ambulatoriais e hospitalares, de assistência terapêutica integral, inclusive a farmacêutica.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Aplicação pelo Estado, o mínimo de 12% da receita corrente bruta na saúde, ou equivalente da Receita Corrente Livre (RCL), bem como que sejam feitos os repasses em atraso aos municípios para custeio de procedimentos MAC, aumentando repasse a hospitais e hospitais filantrópicos, prevendo os reajustes anuais relacionados ao aumento proporcional da demanda nos municípios.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Exigir controle rígido dos tribunais de contas na aplicação dos percentuais: 18% do governo federal, 12 % do governo estadual e 15% dos municipais, contemplado o número de habitantes da cidade, a renda per capita e o perfil e o epidemiológico.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Garantir que as emendas parlamentares destinadas a saúde, possam ser investidas nos programas e ações que realmente precisam (custeio e investimento) ampliando a autonomia do Município para gerenciar o uso do dinheiro oriundo de emenda parlamentar para a área da saúde (atenção básica e média e alta complexidade), conforme a comprovada necessidade do município.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Toda Administração da Saúde Pública deverá criar Equipe para Elaboração de Projetos com o intuito de buscar verbas para Saúde Pública incluindo projetos incentivados pelo FIA - Fundo Especial para a Infância e Adolescência.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Definição de responsabilidade de cada esfera governamental no financiamento do setor de Saúde Pública, que cada tipo de governo deve ficar responsável no Setor de Saúde (Maior agilidade na saúde e nas atenções Primária, Secundária e Terciária) reivindicando 2% dos valores retidos do IR sejam repassados de forma direta aos Fundos Municipais de Saúde.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Ampliar o cofinanciamento estadual para custeio em todos os níveis de atenção, a fim de assegurar a participação equânime das três esferas de governo no financiamento das ações e serviços de saúde.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Financiamento adequado e suficiente, com desburocratização do sistema e agilidade nos atendimentos, descentralizado e controle social efetivo dos ente federados.

Código: **Abrangência:** Estadual/Nacional

Proposta:

Garantir a criação e financiamento de uma Política Nacional para atender portadores de doenças raras.



SIACON - Sistema de Apoio as Conferências

Eixo III - Financiamento adequado e suficiente para o SUS

Código: **Abrangência:** Estadual

Proposta:

Garantir a manutenção do percentual de 15% da receita líquida do Estado no setor da Saúde conforme previsto na emenda Constitucional Estadual 72 de 09/11/2016, repassando aos municípios com efetividade e regularidade.

Código: **Abrangência:** Estadual

Proposta:

Garantir o repasse mínimo de 12% da Receita do Estado para a saúde.

Código: **Abrangência:** Estadual

Proposta:

Ampliação da equipe dos profissionais do SISREG, bem como fazer estudo de seu funcionamento e buscar soluções para as fila de espera em várias especialidades.

Código: **Abrangência:** Estadual

Proposta:

Maior transparência no site da Secretaria do Estado da Fazenda -SC nas transferência para os fundos municipais de saúde em Santa Catarina. Considerando a singularidade por capacidade técnica de pesquisa e compreensão sobre o assunto.

Código: **Abrangência:** Estadual

Proposta:

Cobrança e fiscalização dos Recursos Federal e Estadual de investimento em programas de saúde do SUS, fazendo com que cumpra-se as porcentagens de investimentos de cada esfera, bem como fiscalização da qualidade e quantidade dos procedimentos prestados por terceiros. Igualmente criar métodos de fiscalização da utilização das cotas de consultas e procedimentos das PPI?s por parte dos serviços de regulação.

Código: **Abrangência:** Estadual

Proposta:

Garantir e ampliar o cofinanciamento do Estado para a atenção Básica e, média e alta complexidade, com repasse regular aos municípios.

Código: **Abrangência:** Estadual

Proposta:

Incentivo e investimento em pesquisas na área da saúde em suas diversas áreas de atuação baseando-se na realidade local que contribuam para a promoção, prevenção e assistência à saúde.

Código: **Abrangência:** Estadual

Proposta:

Garantir recursos nos serviços de oncologia para a integralidade do cuidado e credenciar de forma regionalizada o serviço de oncologia infantil para dar continuidade ao tratamento proposto.

Código: **Abrangência:** Estadual

Proposta:

Investir financeiramente nos hospitais de referência em alta complexidade para que as filas de espera sejam amenizadas e rever o custo operacional da rede dos hospitais para manutenção dos Hospitais Filantrópicos e de pequeno porte.

Código: **Abrangência:** Estadual

Proposta:

Criar recursos destinados a projetos para promoção e prevenção de saúde, implementando percentual fixo de 5% do valor mínimo obrigatório com ações coletivas de prevenção a agravos e de promoção de saúde, dando ênfase às PICs (práticas integrativas complementares)

Código: **Abrangência:** Estadual

Proposta:

Ampliar as especialidades do Programa Telessaúde, o que diminui gastos de encaminhamentos e consultas.

Código: **Abrangência:** Estadual

Proposta:

Formar comitê para utilização integral dos valores da PPI tabela SUS para garantir a qualidade dos serviços prestados;

Código: **Abrangência:** Estadual

Proposta:

Aumentar o financiamento à cardiologia no estado, facilitando o diagnóstico e tratamento destes pacientes.

Código: **Abrangência:** Estadual

Proposta:

Criar um fundo hospitalar com recursos legislativos e judiciais facilitando a resolutividade perante aos problemas com consultas/ exames hospitalares.

**Eixo III - Financiamento adequado e suficiente para o SUS**

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Articular um movimento envolvendo sociedade civil e as instâncias de controle social do SUS para pressionar a revogação da Emenda Constitucional 95/2016, que trata do congelamento dos gastos públicos em saúde de forma imediata.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Revogar a EC 95/2016 (PEC da morte) que prevê o congelamento dos gastos públicos com despesas primárias por 20 anos como saúde, educação e assistência social, limitando os gastos públicos à variação da inflação e provocando a diminuição dos pisos federais, de recursos alocados aos municípios e do financiamento do SUS. A EC 95 afeta a vida cotidiana da população ao reduzir a capacidade de garantia das políticas sociais, dando prioridade à formação de superavit primário para pagamento de juros e amortização da dívida pública. A revogação dessa EC é uma ação necessária para evitar a deterioração progressiva das condições de saúde da população e ter maior capacidade de investimento em saúde e a viabilização de um atendimento de qualidade, tendo em vista as mudanças nos perfis socioeconômicos e epidemiológicos no Brasil.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Promover a ação civil pública recomendando a inconstitucionalidade da EC 95/2016, encabeçada pelo Conselho Nacional de Saúde, pois ela fere o anexo XXII da Portaria de Consolidação nº2 por inviabilizar os princípios estruturantes do SUS, garantindo mais recursos para a saúde.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Regulamentar por Lei Complementar o imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição Federal de 1988.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Que os repasses destinados pela união aos Fundos Municipais de Saúde sejam baseados no cadastro e-SUS e não pelo IBGE

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Reestruturar e ampliar o Programa Mais Médicos garantindo a presença dos profissionais de saúde em todos os territórios e fazer cumprir o Artigo 200, Inciso III da C.F que dispõe: Ao Sistema Único de Saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei, ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde. E se for definido o término ou reestruturação do programa, que os municípios recebam compensação financeira para que possam continuar ofertando os serviços à população garantindo o direito universal à saúde.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Recomendar a revisão da portaria N 978, de 16 de maio de 2012, que define valores de financiamento do piso da atenção básica variável para as equipes de Saúde da família, equipes de saúde bucal e aos Núcleos de Ampliados de Saúde da Família, para que sejam aumentados os valores dos incentivos financeiros repassados aos municípios para o custeio das Equipes de Saúde da Família (ESF) e equipes de saúde bucal.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Revisar e atualizar anualmente os valores da tabela SUS/SIGTAP (Sistema de Gerenciamento e Tabela de Procedimentos) para que a contrapartida federal do financiamento do SUS seja maior, considerando que os valores da tabela estão defasados, vinculando a um indexador de reajuste contínuo com objetivo de aumentar a oferta de profissionais e prestadores de serviços pelo SUS.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Financiar os Consórcios Intermunicipais de Saúde, de forma tripartite, pois a resolutividade no SUS é por meio dos consórcios Intermunicipal de Saúde, responsável pela resolutividade de 90 % das solicitações em média complexidade inserida no SISREG.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Revogar a EC 95/2016 que congela por 20 anos os recursos federais repassados à saúde priorizando o investimento na atenção básica e assegurando o financiamento estável da saúde em respeito aos direitos básicos do cidadão garantidos na constituição brasileira de 1988, responsabilizando o Estado Brasileiro pelo não cumprimento dos repasses previstos, e fortalecendo também as políticas públicas relacionadas ao financiamento.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Que o governo federal garanta percentual mínimo de 10% do Produto Interno Bruto - PIB para o financiamento das Ações e Serviços Públicos de Saúde do SUS.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Extinguir a DRU (Desvinculação de Receitas da União) que retira 30% do Orçamento da Seguridade Social para o Tesouro Nacional.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Aprovação de um mínimo de 10% do orçamento geral da união em investimentos em Saúde.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Aplicação de no mínimo 10% da Receita Corrente Bruta da União em ações e serviços públicos de saúde garantindo assim financiamento adequado e estável do Sistema Único de Saúde.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Aumentar o financiamento da União para medicamentos e alimentação de alto custo, revisando e ampliando a Relação Nacional de Medicamentos e Relação Municipal de Medicamentos.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Aumentar o percentual de tributação para criação de imposto geral sobre movimentação financeira e tributação das remessas, lucros e dividendos realizados pelas empresas multinacionais e instituições financeiras, principalmente os bancos e reverter esses valores para a Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social), revendo também o programa de isenção fiscal para multinacionais e intensificando a fiscalização da sonegação fiscal.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Retornar o modelo de repasse de recursos federais para a saúde na modalidade de blocos de financiamento, garantindo o investimento percentual mínimo dos recursos federais, estaduais e municipais, nas ações de: atenção básica, atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, vigilância em saúde, assistência farmacêutica, gestão do SUS, e investimento na rede de serviços de saúde.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Ampliar o financiamento da Atenção Básica percapita, aumentando a cobertura dos atendimentos e procedimentos realizados na Atenção Primária, e reajuste da Tabela SUS.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Defender a aprovação da PEC 01/2015, inclusive organizando movimentos populares junto a representantes do legislativo e executivo municipais, para a garantia do atendimento gratuito e de qualidade aos usuários, ao assegurar o percentual mínimo da receita corrente líquida para custeio da saúde no Brasil.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Garantir a saúde como um direito de todos através revogação da PEC 95/2016, extinção da Desvinculação das Receitas da União (DRU) em relação ao orçamento de saúde, e, a realização de Auditoria da Dívida Pública da União.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Aumento da alíquota de Contribuição Social sobre Lucro Líquido para Instituições Financeiras (fonte de financiamento para a saúde) de 9% para 18%.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Aplicar na Saúde uma porcentagem dos impostos arrecadados com a extração de Grafeno, Nióbio e do Petróleo extraído do Pré-sal, para ações relacionadas a promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Realizar o recenseamento (IBGE), com frequência regular (2 ou 3 anos), contabilizando adequadamente os usuários e que os repasses destinados pela união aos Fundos Municipais de Saúde sejam baseados no cadastro do IBGE (censo) e no do e-SUS.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Revisar a responsabilidade do município sobre a folha de pagamento de Recursos Humanos para os que possuem em seus territórios serviços vinculados a programas federais, já que grande parte destes apresenta dificuldades de realizar investimentos de acordo com suas necessidades de saúde, em função da Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000. Revogar a lei de responsabilidade fiscal para os setores saúde e educação.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Ampliar o financiamento da saúde, estabelecendo o direito á vida humana digna como prioridade.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Desburocratizar e aumentar as transferências de recursos financeiros por meio de emendas parlamentares e recursos para custeio, ordenar que gestor e Conselho Municipal de Saúde definam a aplicação conforme necessidade local - autonomia para a gestão nos investimentos com recurso vinculados.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Manter o programa Mais Médicos, com o repasse do governo federal, para todos os municípios do território nacional, independente da arrecadação e ampliação da carga horária para 40 horas semanais de acordo com a Portaria 2436/2017 do MS. Estendendo este mesmo programa para outras categorias profissionais.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Repassar aos Municípios a soma dos valores dos Mais Médicos para as Estratégias de Saúde normais, ou seja o valor de R\$11.800,00, para o médico + R\$4,000,00 aos demais profissionais somando assim o total de R\$15,800,00.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Repassar 100% do PMAQ aos profissionais das ESF, NASF e CEO.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Assegurar que o recurso oriundo do Ministério de Saúde para confecção de próteses dentárias seja garantido dentro do que é produzido mensalmente, pois em algum momento a demanda será menor que a oferta, mas que o repasse do recurso seja contínuo, dentro do que cada município produz já que a demanda se tornará variável no decorrer dos anos.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Revogar medidas que causam o desmonte do SUS, violam seus princípios e comprometem a saúde da população, a exemplo: da transferência da gestão de serviços públicos a organizações sociais; da Reforma da Previdência e da Política Nacional de Saúde Mental; das restrições financeiras à manutenção e expansão do SUS (EC 95); do investimento do governo em planos privados; dos incentivos financeiros corporativos ou que não beneficiem a todas as categorias profissionais; do cerceamento de mecanismos de participação social no âmbito das políticas públicas.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Aumentar a responsabilidade do estado com a manutenção do SUS e isentar saúde e educação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Estabelecer que uma parte maior do imposto arrecadado pelo Município permaneça no próprio Município e seja complementado com o financiamento do Estado e Governo Federal, que não precisem pagar impostos sobre serviços e insumos relacionados à saúde e que receba, além de receber retorno sobre a venda de bebidas alcoólicas e tabaco e proibição da criação de novos impostos e/ou alíquotas.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Reforma Tributária mais justa, desonerando/reduzindo os impostos incidentes sobre medicamentos, serviços de saúde, produção de insumos e Planos de Saúde Privados E melhorando a fiscalização para cobrança de tributos municipais nos estabelecimentos comerciais relacionado ao alvará sanitário.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Aumentar o percentual de Recursos Federais destinados aos municípios, gerando com isso a contratação ou complemento da carga horária de vários profissionais, aquisição de mais medicamentos para a Farmácia Básica, reforma das UBSs e aquisição de equipamentos e suprimentos necessários.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Criação por parte do Governo Federal, de um Programa que possibilite o repasse de valores aos municípios que investem na saúde dos servidores, recursos do PMAQ seja incorporado ao valor do repasse ao programa estratégia da família e saúde bucal, criando conta única para repasses do governo estadual.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Alterar a portaria 3.992/17 possibilitando o uso de até 20% do recurso de custeio para compra de móveis e equipamentos na manutenção dos serviços de saúde já existentes e cumprir a Lei 141, que todas as esferas de governo cumpram com o percentual obrigatório à saúde.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Definir novo método para calcular o teto de média e alta complexidade dos municípios, com o intuito de ampliar o mesmo e suprir o déficit encontrado nesta área.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Instituir a atribuição de no mínimo 40% dos impostos a mais, pagos pelo município à união, de suplementos orçamentários no financiamento municipal da saúde, no âmbito das Unidades Básicas de Saúde, com fiscalização do conselho municipal de saúde e que os recursos da Seguridade Social sejam 100% para o financiamento da mesma, rejeitando a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que retira 30% do Orçamento da Seguridade Social.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Garantir aumento do retorno de ICMS aos Municípios por meio da arrecadação de ICMS de cigarros, produtos fumígenos e bebidas alcoólicas seja retida no município e revertida para a saúde e garantir 20% da arrecadação de multas de trânsito no município para a saúde.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Criar e aumentar os recursos para a Saúde Municipal, repassando para os Fundos Municipais de Saúde, um percentual das apostas das Casas Lotéricas, com fiscalização das aplicações destes valores e fazer com que o Estado cumpra os repasses de verbas destinados a Saúde, nas três esferas de Governo, nas ações de cobranças transitadas em julgado, fazendo com que o Ministério Público tenha atuação dura e eficaz nesse sentido.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Maior investimento (revisão do censo populacional de forma bienal, para utilização como base de cálculo para o PAB fixo) levando em consideração o aumento exponencial de população, o perfil epidemiológico e demais indicadores de Saúde com transparência no gerenciamento de recursos federais (através do portal da transparência), revisão da tabela SUS e revisão da lei de responsabilidade fiscal, desvinculando os gastos com recursos humanos das políticas sociais básicas (como saúde) do teto máximo em investimento com RH.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Todo dinheiro recuperado ou a recuperar, através de ações ou fiscalizações de desvios e verbas públicas, 40% (quarenta por cento) seja destinado a Saúde Pública. E em conjunto, viabilizar meios de combate ao perdão e a anistia de Dívidas de empresas privadas por parte do Estado, intensificando o combate a toda e qualquer forma de corrupção e desvio de verbas públicas em todas as instâncias governamentais.

Código: **Abrangência:** Nacional

Proposta:

Ampliação da alíquota da contribuição social sobre lucro líquido das instituições financeiras que passe de 09% para 20%.
